

# A doença TUPI Iniquim

A palavra 'doença' significa uma disfunção orgânica que quase sempre causa sintomas de mal-estar. Na economia, esse termo pode ser utilizado para descrever crises econômicas em que os sintomas são sentidos pelo governo e população de um país. A expressão 'doença holandesa', ou *Dutch Disease* surgiu para explicar um fenômeno macroeconômico pela primeira vez observado. Chama-se assim porque, durante os anos 1960, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação desta *commodity* na Holanda e sobrevalorizou o Florim, a moeda da época, em detrimento da exportação das chamadas indústrias tradicionais, por falta de competitividade nos anos 70, o que gerou, por sua vez, um encolhimento dos demais setores causando desemprego e redução de renda e qualidade de vida.

Parece que o Brasil sofre com um surto epidêmico da doença holandesa, ou melhor, da "Doença TUPIniquim". Tudo porque o panorama futuro do país, mais que nunca, se assemelha perigosamente ao cenário enfrentado pela Holanda há cerca de 50 anos.

Notícias anunciam mundialmente a descoberta de megajazidas de petróleo que poderiam ser a segunda maior nos últimos 30 anos. As descobertas do *cluster*, ou complexo de Tupi, na camada do pré-sal foi anunciada com euforia pelo presidente Lula e ainda repercute muito nos planos governamentais.

Essas reservas ultrapassam 12 bilhões de barris de petróleo somente em Tupi e Iara e até pouco tempo eram cotados em torno de US\$ 140,00 cada. Elas estão enterradas a mais de 6.000 m de profundidade – sendo 2.000 m de puro sal – e podem render ao país recursos inimagináveis até agora. Todo esse dinheiro prestes a jorrar nos cofres públicos já desperta a cobiça de muitos dos setores do governo federal para gastá-lo desde na construção de um submarino nuclear até em promessas de sanar dívidas históricas na educação.

A previsão de que tanto dinheiro possa entrar no Tesouro do Estado pode parecer vinda do céu, mas na verdade, não é tão simples. A chamada "Maldição do Petróleo", que já atacou a maioria dos países produtores, pode voltar-se contra o Brasil. Essa maldição garante no poder governos fundamentalistas, repressores e demagógicos em diversos desses países sustentados pelos petrodólares. Porém, existem exceções e a Noruega é a mais clara delas.

Um país detentor de enormes reservas no Mar do Norte e pertencente ao segundo lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano, a Noruega parece nunca ter sido atingido pela "Maldição do Petróleo". Coincidência ou não, 96% dos recursos tributados do setor petrolífero não ficam no

**Heller Redo Barros** é advogado especialista em petróleo e gás e indústria *offshore* e sócio do Escritório Bastos-Tigre Advogados.



**Carlos Hartveld** é estagiário do departamento de infra-estrutura do escritório Bastos-Tigre, Coelho da Rocha e Lopes Advogados.



país. Parte da explicação para isso é que seu povo, de apenas cinco milhões de habitantes, já tem garantidos seus direitos sociais básicos como acesso à saúde e educação de altíssima qualidade. Esses recursos que sobram são então enviados a um Fundo Soberano Nacional que faz investimentos externos e garante também às futuras gerações norueguesas os dividendos dessa *commodity* como um seguro previdenciário.

O Brasil poderia se inspirar no país nórdico ou seguir vizinhos como a Venezuela, país pseudodemocrata dominado por idéias chavistas ultrapassadas que se refletem de forma negativa na economia. O fato é que esse volume de recursos – calculados em bilhões de dólares – pode ser muito perigoso para nossa estabilidade financeira e, conseqüentemente, política, ambas consolidadas nestas últimas décadas.

Se tais recursos forem utilizados sem responsabilidade como para bancar os custos orçamentários ou em programas populistas no país, poderão causar desequilíbrio nas contas públicas.

O Real já tem se valorizado bastante nos anos recentes frente à queda internacional do dólar americano e à crescente confiança na estabilidade financeira nacional como demonstrado pelo *upgrade* na classificação de risco pelas agências internacionais. A entrada dos petrodólares poderá causar um aumento ainda maior da cotação do Real e ainda fomentar a inflação pelo excesso de moeda.

O Banco Central vem aumentando a taxa básica de juros com o objetivo de frear o avanço recente da inflação. Porém, o Brasil já presencia a taxa de juros reais mais alta do mundo, ganhando largamente do seu segundo colocado, a Turquia. Essa taxa de juros não é um número aleatório, ela é definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central para proteger a economia das pressões inflacionárias em grande parte estimuladas pelo tamanho agigantado do Estado brasileiro.

Para muitos empresários essas taxas são abusivas e impeditivas de investimentos. E o são. Esses gastos estatais, no entanto, não são apenas numerosos, mas pior, são ineficientes. Essa enorme quantidade de dinheiro mal gasto gera inflação e corta os ganhos do crescimento econômico.

O Banco Central, guardião das contas públicas, por sua vez, não tem outra escolha se não ser aumentar a taxa básica de juros.

É por isso que se deve atentar cautelosamente sobre o fim que levará os recursos do pré-sal. Se esse dinheiro fomentar a gastança estatal, ele irá gerar eventualmente mais inflação, maior valorização da moeda e um conseqüente desequilíbrio econômico como o ocorrido na década de 1960 na Holanda. Não se deve permitir que a 'Doença TUPIniquim' se desenvolva e contamine o resto da economia.

Os recursos aqui mencionados poderiam sim ser investidos em parte fora do país, a exemplo da Noruega, que deposita os lucros da empresa estatal responsável pela



exploração da *commodity*, a Petoro, num Fundo Soberano Norueguês que investe no exterior e em incentivos aos demais setores industriais evitando as pressões inflacionárias e cambiais e preservando a diversidade econômica.

De modo óbvio, no entanto, não se pode ignorar o panorama social brasileiro e deixar de investir na nação. O Brasil também possui suas particularidades que devem ser levadas em conta. Um direcionamento adequado dos mesmos poderia ser para a educação que, ao contrário do que muitos críticos pensam, não é um mero programa social, ele é um investimento *si ne qua non* para o desenvolvimento da nação nos tempos atuais de globalização.

Enfim, esse dinheiro deve ser gasto de forma eficiente a fim de custear um investimento que atenderá às emergentes demandas de profissionais e gerará muitos frutos ajudando, inclusive, a inserir o Brasil de uma vez por todas na cena internacional.

Outro direcionamento fundamentado seria feito para amortecer os eventuais custos de cortes nos impostos e incentivos à produção e exportação industrial nacional, mantendo-nos competitivos internacionalmente e economicamente diversificados.

Porém, é tênue a linha que divide as gastos necessários com a degradação econômica. Um erro pode fomentar excessivamente as importações, brechar as exportações, tornar-nos mais dependentes do petróleo e mais vulneráveis aos choques externos. A criação desse fundo independe, inclusive, do sistema regulatório vigente. Ele é uma questão de responsabilidade nacional não apenas do atual presidente, nem do próximo, em cujo mandato se começará a receber os petrodólares, mas do povo brasileiro. É fundamental a cobrança de prudência no gasto desse dinheiro. É fundamental a criação de um Fundo Soberano e a alocação da grande maioria dos dividendos para vacinar-nos contra a *Dutch Disease* e mantê-la longe da terra tupiniquim. ■